

A. I. Nº. - 269101.0017/22-7
AUTUADO - SUPERMERCADO SANTA TEREZINHA LTDA
AUTUANTE - LUIZ CESAR OLIVEIRA SANTOS
ORIGEM - DAT NORTE/INFAZ AGRESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 13/03/2023

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0027-06/23-VD

EMENTA: ICMS. SAÍDAS TRIBUTÁVEIS TIDAS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS, REGULARMENTE ESCRITURADAS. NOTAS FISCAIS DE VENDA A CONSUMIDOR. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O § 3º do art. 8º do RPAF/99 dispõe que as peças processuais como defesa, Informação Fiscal, diligências, perícias, recursos, pareceres da Procuradoria Geral do Estado e outras manifestações do contribuinte e do autuante, bem como os demonstrativos e planilhas elaborados pelo autuante, autuado e diligentes ou peritos, referentes ao Processo Administrativo Fiscal, deverão ser apresentadas em papel e, também, em disco de armazenamento de dados, em arquivo em formato texto ou tabela, conforme o caso, onde conste cópia exata da peça apresentada. Não há referência ao formato das peças (Excel, Word, PDF, TXT, JPG etc.), pois esta não é a função de um texto legislativo, discriminar empresas de tecnologia em detrimento de outras. O levantamento teve como suporte o SIAF (Sistema Integrado de Auditoria Fiscal), que extrai todas as informações da EFD do fiscalizado, conforme homologação da própria Sefaz. Infração caracterizada. Rejeitada a preliminar de nulidade. Indeferido o pleito de realização de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado no dia 22/06/2022 para formalizar a constituição de crédito tributário no valor histórico de R\$ 174.923,31, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei 7.014/96, sob a acusação da prática de operações de saídas tributáveis como não tributáveis, por meio de Notas Fiscais de venda ao consumidor (05/2020 a 12/2021). Código da infração: 002.001.003.

O sujeito passivo ingressa com impugnação às fls. 15 a 29. Inicia informando que foram lavrados um conjunto de 04 (quatro) Autos de Infração: 269101.0016/22-0, 269101.0017/22-7, 269101.0018/22-3 e 269101.0019/22-0.

Em preliminar de invalidade, assinala que foi cientificado da lavratura via DT-e, tendo sido anexado um arquivo, que diz ser pouco claro (com “*orientação paisagem*”, e não “*orientação retrato*”, colunas distorcidas, desconfiguradas e ilegíveis), no formato PDF, contendo 199 páginas, “*em letras extremamente pequenas*” e não editáveis, o que tornou impossível a sua análise.

A seu ver, as informações deveriam ter sido enviadas, por exemplo, em EXCEL, o que facilitaria o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Além disso, colacionando precedentes deste Conselho (Acórdãos JJF 0090-02/21-VD, 0108-00/21-VD (sic) e 0111-02/21-VD), aponta suposta inexatidão de informações constantes de documentos fiscais. Em um desses julgados, restou convertido o PAF em diligência, o que requer seja realizado.

Também não teria sido indicada a origem dos dados constantes do lançamento de ofício. Nem no Auto, nem no demonstrativo anexo ao mesmo. Como diz ser notório, na EFD de ICMS e IPI as Notas Fiscais de emissão própria não contemplam as informações dos itens de mercadorias e o auditor, no rodapé dos levantamentos, informou que os itens de mercadorias têm como fonte a EFD, o que não é verdade.

Aduz que, em que pese as falhas acima indicadas, ainda assim é possível identificar vários erros no levantamento fiscal, como, por exemplo, o fato de o autuante não ter disponibilizado cópias das NFC-e.

“Em informação obtida junto à Supervisão, foi conhecido que nem mesmo o autuante possui os XMLs destes documentos, e que seu trabalho é elaborado a partir de planilhas com extensão CSV, que são importados dentro de limites de linhas típicas deste tipo de arquivo. (...) aparentemente o autuante deixou de importar a totalidade das informações que serviram de base para o seu levantamento (...).”

Segundo alega, no demonstrativo não há ao menos a identificação do destinatário, trazendo este campo apenas o CNPJ 00.000.000/0000-00; nem sequer há o número do documento fiscal a que se reportam as mercadorias.

Alega que na maioria dos casos a autoridade fiscalizadora modificou o correto entendimento do que são mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária, com CFOP 5.405 nas saídas.

Inicia o tópico que denomina como MÉRITO afirmando que o processo deve ser convertido em diligência, para que sejam apresentados documentos em forma editável e legível (com a reabertura do prazo de 60 (sessenta) dias para defesa), e que recolheu todos os tributos devidos, cumprindo de idêntica maneira as obrigações acessórias.

Requer:

“Seja entregue mídia contendo todos os XMLs utilizados na fiscalização para cotejamento com os lançamentos efetuados nas respectivas EFDs, inclusive e principalmente os XMLs ou planilhas CSV utilizadas e que correspondem às NFCes”.

Pede deferimento.

Na Informação Fiscal, de fls. 40 a 46, o autuante ressalta que os demonstrativos foram apresentados em formato PDF fornecidos pelo *software* SIAF, homologado pela Sefaz, por meio do qual o contribuinte teve acesso pleno às informações.

Caberia ao defendente, a partir da descrição e do código da mercadoria, elaborar o seu levantamento, comparar, questionar ou indicar especificamente eventual ponto onde houvesse erro.

Todos os demonstrativos e a base de cálculo decorreram de apurações realizadas em consonância com o RICMS/12 e com a Lei 7.014/96, os quais estão presentes no sistema SIAF e foram entregues ao autuado.

Prossegue sustentando que as argumentações defensivas são protelatórias e sem fundamento, visto que incapazes de afastar a imputação. Vê-se claramente no levantamento que todas as mercadorias fiscalizadas estão submetidas à tributação normal, sob a alíquota de 18%, e não à substituição tributária, que foi citada sob o CFOP 5.405 “*para enganar o Fisco*”.

Assinala que hoje em dia os processos administrativos e judiciais são eletrônicos, motivo pelo qual o impugnante precisa se atualizar, para se adequar à nova realidade.

Mantém a autuação.

VOTO

Este relator teve a preocupação de analisar o conteúdo do CD de fl. 09, do qual consta o arquivo no formato PDF denominado “AI-2691010017227”, que é o levantamento elaborado pela Fiscalização.

O que está escrito em todas as linhas e colunas está perfeitamente legível, com possibilidade de pesquisas de conteúdo, ampliação ou diminuição de leitura, extração (exportação) e conversão para o formato EXCEL. Indicadas, no documento sintético, as datas, bases de cálculo, alíquotas, débitos, multas, acréscimos, valores sujeitos à redução e totais. Já no documento analítico, cuja visualização pode ser aumentada ou diminuída simplesmente ao se clicar no campo correspondente, há a indicação de datas, anos, itens, códigos, NCM/SH, descrições, valores, bases de cálculo, alíquotas, reduções, diferenças, imposto etc.

O levantamento teve como suporte o SIAF (Sistema Integrado de Auditoria Fiscal), que extrai todas as informações da EFD do fiscalizado, conforme homologação da própria Sefaz.

Não é obrigatório ao Fisco a entrega de cópias de notas fiscais de consumidor eletrônicas, visto que existentes exatamente para tornar os procedimentos administrativos mais digitalizados e independentes de papéis.

O defendente afirmou que, *“aparentemente, o autuante deixou de importar a totalidade das informações que serviram de base para o seu levantamento”*, mas foi inespecífico, não indicou onde exatamente se encontravam as supostas falhas de fiscalização.

Também disse que a autoridade fiscalizadora modificou o correto entendimento do que são mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária, com CFOP 5.405 nas saídas, mas não apontou uma única operação, o que será melhor analisado no mérito.

O § 3º do art. 8º do RPAF/99 dispõe que as peças processuais como defesa, Informação Fiscal, diligências, perícias, recursos, pareceres da Procuradoria Geral do Estado e outras manifestações do contribuinte e do autuante, bem como os demonstrativos e planilhas elaborados pelo autuante, autuado e diligentes ou peritos, referentes ao Processo Administrativo Fiscal, deverão ser apresentadas em papel e, também, em disco de armazenamento de dados, em arquivo em formato texto ou tabela, conforme o caso, onde conste cópia exata da peça apresentada.

Não há referência ao formato das peças (Excel, Word, PDF, TXT, JPG etc.), pois esta não é a função de um texto legislativo, discriminar empresas de tecnologia em detrimento de outras.

É evidente que a entrega de uma planilha em formato não editável, que não foi o caso presente, não oferece ao contribuinte os mesmos confortos que ofereceria se editável fosse, mas não obsta o direito à ampla defesa ou ao contraditório, seja porque todas as informações estão ali dispostas, seja porque atualmente existe uma ampla gama de softwares capazes de transformar o formato do arquivo (de não editável em editável, de PDF em Excel).

Tanto o direito à ampla defesa foi observado com a forma de disposição do arquivo entregue que o contribuinte atacou no mérito, indicando um específico CFOP (5.405).

Portanto, destituídos de amparo fático ou jurídico os argumentos relativos aos pressupostos de validade do procedimento de auditoria, pois o autuante expôs com clareza e correção a fundamentação de fato e de direito, descreveu a irregularidade, indicando os documentos e demonstrativos, com seus dados, informações e cálculos.

Inexistente violação ao princípio do devido processo legal ou a quaisquer outros de Direito Constitucional, Administrativo ou Tributário, em especial os do Processo Administrativo Fiscal (art. 2º; RPAF-BA/1999), tendo sido observada a garantia à ampla defesa e ao contraditório, visivelmente caracterizada nos aspectos abordados na impugnação.

Rejeitada a preliminar de nulidade.

Foi efetuado o seguinte pedido, que transcrevo por conter siglas:

“Seja entregue mídia contendo todos os XMLs utilizados na fiscalização para cotejamento com os lançamentos efetuados nas respectivas EFDs, inclusive e principalmente os XMLs ou planilhas CSV utilizadas e que correspondem às NFCes”.

Indefiro o pedido, pelas razões já expostas e pelas que seguem no parágrafo abaixo.

Todos os elementos necessários para o exercício pleno do direito de defesa e para julgar estão contidos nos autos. Não acolho o pleito de realização de diligência, com fulcro no art. 147, I, “a” do RPAF/99.

No mérito, as operações realizadas sob o CFOP 5.405 (vendas de mercadorias adquiridas de terceiros sujeitas à substituição tributária, na qualidade de contribuinte substituído), não possuem NCM/SH e descrição do item no Anexo 01 do RICMS/12 em vigor quando dos fatos. Por exemplo, no dia 31/05/2020 foi realizada a venda sob o referido CFOP de MIST BOLO SARANDI MILHO VERDE 400G, cuja NCM/SH, 1.251, não se encontrava no Anexo 01 do Regulamento. No mesmo dia, ADOÇANTE ADOCIL 100 ml, cujo NCM/SH, 21069090, também não estava contemplado no Anexo. A venda realizada com o NCM/SH 39249000 no dia 30/06/2020 (PA DE LIXO PLAST CBO CURTO SAN MARCUS) não encontra amparo no mencionado Anexo.

O impugnante não foi específico e não indicou que operação de venda ele entendeu que continha código NCM/SH e descrição no Anexo 01 do Regulamento do ICMS na época das ocorrências fiscalizadas.

O precedente citado, do Acórdão 0090-02/21-VD, não tem relação com o presente caso, pois anulou o lançamento em razão de insegurança na determinação da base de cálculo (Súmula 01 do Conseqf).

Infração caracterizada.

Em face do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269101.0017/22-7**, lavrado contra **SUPERMERCADO SANTA TEREZINHA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do ICMS no valor de **R\$ 174.923,31**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

VALTERCIO SERPA JUNIOR - JULGADOR